SOBRE A “POLÍTICA DOS TERREIROS” EM SALVADOR: COMENTÁRIOS AO TEXTO DE ANA PAULA MENDES DE MIRANDA¹

*Fátima Tavares*²

Resumo: A partir do artigo de Ana Paula Miranda – “A ‘política dos terreiros’ contra o racismo religioso e as políticas ‘cristofascistas’” – que apresenta um diagnóstico da intolerância religiosa no Brasil contemporâneo, busco cotejar as contribuições da autora com uma descrição do contexto de Salvador. Assim, chamo a atenção para as tensões mais ou menos visibilizadas no espaço público local, que fazem parte da história da cidade, problematizando o sincretismo afro-baiano na relação com o catolicismo. Em seguida, descrevo eventos recentes que apontam para o acirramento dos conflitos entre evangélicos e afrorreligiosos e a centralidade do conceito de racismo religioso. Concluo indicando que os conflitos contemporâneos sugerem novas formas de ocupar o espaço público, em que se reivindica o reconhecimento dos direitos de religião e não apenas de “cultura”. Por meio da mediação-imolação dos humanos nos ebós coletivos, da política das caminhadas, da defesa pela patrimonialização de espaços sagrados como a Pedra de Xangô, dentre outras possibilidades de demonstrações públicas, é que se faz a “política dos terreiros” naquela capital.

Palavras-chave: intolerância religiosa; racismo religioso; laicidade; candomblé.

*ABOUT THE “POLITICS OF TERREIROS” IN SALVADOR: COMMENTS TO
THE TEXT OF ANA PAULA MENDES DE MIRANDA*

Abstract: Departing from the article by Ana Paula Miranda – “The ‘politics of the terreiros’ against religious racism and the ‘Christfascist’ policies” – which presents

¹ Como citar: TAVARES, Fátima. Sobre a “política dos terreiros” em Salvador: comentários ao texto de Ana Paula Mendes de Miranda. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 193-202, 2021.

² Doutora em antropologia e professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, Brasil. E-mail: fattavares@ufba.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6668-4300>.

a diagnosis of religious intolerance in contemporary Brazil, I seek to highlight the author's contributions with a description of the context of Salvador. Thus, I draw attention to the visible tensions in the local public space, which are part of the history of the city, problematizing Afro-Bahian syncretism in the relationship with Catholicism. Next, I describe recent events that point to the intensification of conflicts between evangelicals and Afro-religious and to the centrality of the concept of religious racism. I conclude by indicating that contemporary conflicts suggest new ways of occupying the public space, in which the recognition of the rights of religion and not only of "culture" is claimed. It is through the mediation-immolation of humans in collective *ebós*, the politics of the "walks", the defense for the patrimonialization of sacred spaces such as the *Xangô* Stone, among other possibilities for public demonstrations, that the "politics of the *terreiros*" is made in that capital city.

Keywords: religious intolerance; religious racism; laicity; candomblé.

O artigo de Ana Paula Miranda – "A 'política dos terreiros' contra o racismo religioso e as políticas 'cristofascistas'" – apresenta um importante diagnóstico da intolerância religiosa no Brasil contemporâneo, problematizando abordagens assentadas na clivagem entre religião e política a partir da etnografia das práticas de enfrentamento às políticas "cristofacistas", que envolvem estratégias simbólicas e "concretas". A argumentação da autora se sustenta no reconhecimento do conflito como um problema público e nacional, com o renascimento da intolerância religiosa e a assimetria, pelo Estado, no reconhecimento de direitos de grupos minoritários como as religiões afro-brasileiras.

É importante pontuar a recusa de Miranda em relação às dúvidas que ainda pairam sobre a discriminação racial envolvida nos conflitos, com suas apostas no diálogo inter-religioso. Como ela enfatiza, a "política dos terreiros" lança mão de "narrativas sobre a igualdade de direitos" para o "reconhecimento de sujeitos" por parte do Estado. O contexto atual de acirramento dos conflitos nos convida a recolocar os termos do problema, indo além da garantia de direitos. Por meio da apresentação de dois casos emblemáticos – a manifestação pública dos afrorreligiosos em Brasília e as audiências públicas promovidas pela Comissão de Combate às Discriminações da Assembleia

Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) – a autora discorre sobre as novas formas que vem tomando a “política dos terreiros” em direção à redefinição da intolerância para o racismo religioso como seu contraponto.

O primeiro evento relatado, a manifestação pública em Brasília de 10 de junho de 2014, foi desencadeado pela decisão do juiz da 17ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro em não retirar de uma rede social os vídeos da IURD que promoviam intolerância religiosa. Pautada numa concepção de “liberdade religiosa”, a argumentação ia ao encontro da agenda política da bancada evangélica, conforme Miranda esclarece. Os desdobramentos dessa manifestação são detalhados no texto, e giram em torno de um recurso jurídico que explicita os sentidos e a regulação da “liberdade de opinião e expressão”.

Sobre as audiências públicas ocorridas ao longo de 2019, promovidas pela Comissão de Combate às Discriminações da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a autora registra os novos conceitos de “racismo religioso” e “genocídio religioso” que estavam em jogo, redefinindo os termos dos conflitos – das situações interpessoais e de vizinhança para as perseguições pelo tráfico e a milícia no Rio de Janeiro. O contexto apresentado por Miranda pontua a introdução de novos atores, além de rastrear as mobilizações políticas dos religiosos afro-brasileiros no reconhecimento dessa assimetria. Meus comentários situam-se nesse ponto das discussões apresentadas pela autora: gostaria de destacar dois aspectos dessa “política dos terreiros” para, em seguida, cotejar com as formas de enfrentamento mobilizadas no espaço público de Salvador.

Divergindo da aceção corrente que desconsidera a ação política dos afrorreligiosos, um primeiro aspecto apresentado por Miranda é o reconhecimento do “pleno direito” da “política dos terreiros”, que mobiliza agenciamentos específicos – com a presença dos orixás no espaço da política –, mas também com as modalidades tradicionais de articulação política. Parece-me que esses argumentos vão na mesma direção da sugestão de Goldman (2000) em relação à problematização da política como um domínio externo à experiência dos nossos interlocutores: é necessário introduzir outras possibilidades de existência, sem cair em tipologias ou classificações

hierarquizantes que tomam a política tradicional (dos políticos profissionais, movimentos sociais e outros coletivos “legítimos” desse domínio do social) como referência-padrão.

Em segundo lugar, a autora chama a atenção para a ideia de que essa política de enfrentamento não se assenta na via processual (individual) do judiciário, mas se orienta pela visibilização no âmbito da esfera pública - as resoluções de conflitos passando pelo reconhecimento de direitos (coletivos) e implicando o Estado no “reconhecimento social do sofrimento”. Esse deslocamento sustenta a compreensão da autora em torno do racismo como um “contraponto político” que mobiliza os afroreligiosos em ações que ampliam as percepções das assimetrias, e na cobrança ao poder público em torno do reconhecimento de direitos.

De fato, o princípio da laicidade do Estado como ideal convive na prática com variadas possibilidades na garantia do pluralismo e dos direitos de expressão das diversas religiões. Para o contexto brasileiro, conforme observado por Camurça (2017, p. 882), laicidade não significa ausência da religião no espaço público, mas uma “referência” de regulação. Tal como sugerido por Giumbelli (2013), o caminho deve ser o da problematização dos modelos de laicidade e investimento nos processos que instituem essas relações. Essas tensões são especialmente acirradas nos contextos mais recentes de demandas por direitos de cidadania e legitimação no espaço público, conforme Miranda destaca neste trabalho e em outros (Miranda *et al.*, 2017).

Seguindo essa direção dos desdobramentos da regulação da laicidade, destaco a centralidade atual do conceito de racismo religioso que em Salvador pôde ser especialmente atestado pelos antropólogos na 6ª REA (Reunião Equatorial de Antropologia), realizada nessa cidade, no final de 2019, durante o Painele “Racismo religioso no Brasil”, atividade organizada pela Comissão Laicidade e Democracia da ABA, da qual faço parte, em que eu estava como mediadora. Meus amigos antropólogos Marcelo Camurça, também membro da Comissão, e Ordep Serra, participavam como expositores. Além deles, compuseram o Painele a Ialorixá Nívia, da casa Ilé Aké Oyá, o Babalaô Pai Cláudio de Oxalá e o Ogã Cleifson Pereira, advogado. O racismo religioso

dava a tônica das denúncias de perseguição na intensificação dos conflitos sofridos pelas religiões de matriz afro-brasileira na Bahia e em todo país, localizando as iniciativas desta violência em grupos evangélico-pentecostais associados ao tráfico nas cidades brasileiras³.

Na 32ª RBA (Reunião Brasileira de Antropologia), realizada de modo virtual em 2020, a Comissão Laicidade e Democracia organizou o Simpósio Especial “Racismo ou Intolerância: ativismo social e ações governamentais no combate à violência religiosa” que, como o título já adianta, explicitava a discussão sobre as transformações recentes em direção ao racismo religioso e suas repercussões. Na primeira sessão do Simpósio me chamou especialmente a atenção um comentário da liderança religiosa Ivanir dos Santos, um dos expositores, ao mencionar a criação, em 2008, da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), no Rio de Janeiro, organização encarregada da Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, realizada desde 2008: segundo ele, à época houve um acordo de não incluir a palavra “intolerância” no nome da Caminhada para ampliar a adesão de diferentes comunidades religiosas ao movimento. Não sei se essa preocupação teria o mesmo tratamento atualmente, mas na posição de mediadora da sessão, apresentei notícias e reflexões iniciais que destoavam desse acordo das lideranças cariocas, o que me leva a considerar que, nos caminhos do racismo religioso em Salvador, a “política dos terreiros” parece seguir na direção apontada por Miranda, e que menciono a seguir.

A visibilidade “inclusiva” das religiões afro-brasileiras, marcadamente no âmbito das festas populares e na cultura de rua das baianas de acarajé, configura uma cultura patrimonializada (Tavares *et al.*, 2018) que caracteriza o espaço público religioso de Salvador. No entanto, pode-se dizer que

³ Na ocasião do debate que se seguiu às exposições foi acordada a produção de uma “Moção de Repúdio ao Racismo Religioso”, redigida por Ordep Serra e publicada em Flor de Dendê: site e revista eletrônica especializados em cultura afro-sertaneja. Disponível em: <https://flordedende.com.br/vi-rea-divulga-mocao-de-repudio-ao-racismo-religioso/>. Acesso em: 12 Maio 2021.

essa cultura baiana é o resultado mais ou menos estável das controvérsias religiosas que se desenrolam há décadas e que marcam diferentemente as festas de largo, na forma de “agenciamentos afrocatólicos, por vezes transmutados em ‘cultura baiana’” (Ramos; Tavares, 2020, p. 231). A Festa de Santa Bárbara, de Iemanjá e a Lavagem do Bonfim (essa última apresenta maior “instabilidade religiosa” até hoje)⁴ consolidaram-se como manifestações afro-brasileiras a despeito das disputas com a Igreja Católica; mas o mesmo não pode ser dito da Festa da Conceição da Praia, que amargou um declínio decorrente de políticas de controle eclesialístico (que não “aparecem” como religiosas, mas higienizadoras e de preservação da “tradição”).

As controvérsias religiosas também se estendem para além das festas de largo – a arena pública sendo atravessada por conflitos de ampla visibilidade, além das disputas cotidianas, interpessoais e de vizinhança, e coletivas, em questões religiosas, de saúde, educação, fundiária etc. Como citado no texto de Miranda, merece especial destaque a instituição, em 2007, do Dia de Combate à Intolerância Religiosa, em homenagem à Yalorixá Gildásia do Santos, a Mãe Gilda, referência na luta contra o racismo e o ódio religioso no país. Ela faleceu em 2000, após ter a imagem maculada e o terreiro (Ilê Axé Abassá de Ogum, em Salvador) invadido por representantes de outra religião (a líder religiosa teve seus problemas de saúde agravados, o que a levou à morte). Outra controvérsia muito conhecida na cidade foi a dos Orixás do Dique, inaugurados em 1998, e que foram objeto de rejeição pela IURD (Sansi, 2005). Em 2014, um projeto do candidato a deputado federal Pastor Elionai Muralha (do PRTB) pretendia retirar os Orixás do Dique do Tororó; já em 2015, o projeto da vereadora Catia Rodrigues (do PROS) propunha a colocação de uma bíblia no mesmo local (uma antiga reivindicação do então deputado estadual Pastor Sargento Isidório). Por fim,

⁴ Foram amplamente noticiadas as controvérsias durante a Lavagem do Bonfim, com a iniciativa da “Lavagem do Corpo e da Alma”, um cortejo católico, alternativo ao oficial, e sem a presença das baianas que acontece desde 2014 concomitante ao oficial (Ramos; Tavares, 2020).

o então prefeito Antonio Carlos Magalhães Neto acenou com a construção da Praça da Bíblia, inaugurada em 2016, no Vale do Ogunjá. As disputas em torno do acarajé (recentemente patrimonializado) e o bolinho de Jesus também geram conflitos no espaço público da cidade (Évora, 2015). As Caminhadas contra a intolerância religiosa têm lugar em Salvador desde 1998: a Caminhada Azoany, a mais antiga (desde 1998, em 16 de agosto), com saída do Pelourinho até a Igreja de São Lázaro e São Roque, na Federação; a Caminhada pelo fim da violência, ódio e pela paz (desde 2004, em 15 de novembro), com saída do Engenho Velho da Federação; a Caminhada da Pedra de Xangô (desde 2010, em domingo de fevereiro); a 1ª Caminhada Tembwa Ngeemba (agosto de 2019), em Lauro de Freitas.

Mais recentemente observa-se um acirramento dos conflitos na arena pública de Salvador. Em 2 de janeiro de 2019 o povo de terreiro promoveu um Ato de desagravo na Pedra de Xangô (monumento natural, sagrado para o povo de terreiro, localizado no bairro Cajazeiras X) em decorrência do vandalismo ocorrido dias antes (em 28 de dezembro de 2018), em que foram depositados 100kg de sal no entorno da Pedra (houve vandalismo também em novembro de 2014, com 200 kg de sal, desencadeando um Ato na Pedra de Xangô no Dia de Combate à Intolerância Religiosa, em 21 de janeiro de 2014). Desde 2019, a criação do Parque Ecológico da Pedra de Xangô, o monumento à Mãe Stella (na entrada da avenida que leva seu nome, inaugurado em abril de 2019 e que foi alvo de vandalismo, em setembro do mesmo ano), e a escultura de Nossa Senhora da Luz (inaugurada em junho de 2020 numa praça em frente à Igreja de mesmo nome) têm sido objeto de denúncia do pastor evangélico Elionai Muralha, com o lema: “Não à exposição de orixás em vias públicas e comuns do povo”.

Em 2019 dois episódios foram reconhecidos pelos afroreligiosos como racismo religioso: em abril, a vereadora Marcelle Moraes, em sessão da Câmara, zombou da morte de Makota Valdina associando à morte do rinoceronte fêmea (que na verdade se tratava de um hipopótamo fêmea) que ocorrera na mesma data; em novembro, o navio *Logos Hope*, anunciou a chegada na capital baiana como um local de “espíritos e demônios”. “Ebós coletivos” – manifestações

político-religiosas que mobilizam plenamente, a meu ver, as especificidades da “política dos terreiros” apontada por Miranda⁵ –, foram realizados em reação aos eventos acima mencionados. O primeiro ebó – contra a vereadora – teve lugar em frente à Câmara Municipal (em 15/04/2019); o segundo, em frente ao navio da empresa (em 04/11/2019). Em 2020 houve a denúncia de racismo religioso praticado pela prefeitura, em relação às placas enunciativas da festa de Iemanjá, veiculada como festa “2 de fevereiro”. Os dois casos mencionados – da Festa de Iemanjá e do navio *Logos Hope* – contaram com ação do Ministério Público da Bahia⁶, gerando o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O poder público municipal se comprometeu a não alterar o nome da festa, conforme, inclusive, a decisão do decreto municipal de festas populares. Com relação ao TAC firmado pelo MP-BA e a Operação Mobilização Brasil, responsável pelo navio *Logos Hope*, uma das exigências foi a realização de um vídeo de 3 minutos com lideranças religiosas repudiando a intolerância e as manifestações de ódio⁷.

Enfim, as menções aos eventos recentes chamam a atenção não tanto pela visibilidade dos conflitos que, conforme mencionei, fazem parte da história da cidade, problematizando o sincretismo afro-baiano na relação

⁵ Conforme veiculado na imprensa, a ialorixá Mãe Odara do Ilê Axé Oná Omí Tafá Oyá. Assim explica a transmutação do ebó: “Não vamos arriar ‘ebó’, sacralizar nossos animais, seremos nós o ‘ebó’, a oferenda viva, a todos os que tentam marginalizar nossa cultura, nossa religião. ‘Ebó Coletivo’ é defesa. ‘Ebó Coletivo’ é dizer não aos fascistas!”. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/71753,ativistas-farao-ebó-coletivo-em-protesto-contramarcelle-moraes-e-racismo-religioso>. Acesso em: 12 Maio 2021.

⁶ As ações desenvolvidas pelo MP-BA confluem com os movimentos desencadeados pela “política dos terreiros” em Salvador, conforme destacou, em entrevista recente a esta pesquisadora, a procuradora Livia Vaz. Demandas individuais e intersubjetivas têm alcance restrito, diferente do atendimento de demandas coletivas que mexem na estrutura do racismo religioso.

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/omobilizacao.brasil/videos/2810200925764804/>. Acesso em: 12 Maio 2021. O cartaz de mobilização para o ebó coletivo realizado no Terminal Náutico da Bahia trazia os seguintes dizeres: “O demônio quem traz são vocês! A Bahia é de todos os Santos, Voduns, Nkisis, Orixás e Encantos”.

com o catolicismo, e, mais recentemente, com os evangélicos. Os conflitos contemporâneos sugerem novas formas de ocupar o espaço público, em que se reivindica o reconhecimento dos direitos de religião e não apenas de “cultura”. Por meio da mediação-imolação dos humanos nos ebós coletivos, da política das caminhadas, da defesa pela patrimonialização de espaços sagrados como a Pedra de Xangô, dentre outras possibilidades, é que se faz a “política dos terreiros” nesta capital.

REFERÊNCIAS

CAMURÇA, Marcelo. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 15, n. 47, p. 855-886, 2017.

ÉVORA, Lígia. Do acarajé ao bolinho de Jesus. In: TAVARES, Fátima; GIUMBELLI, Emerson. (org.). *Religiões e temas de pesquisa contemporâneos: diálogos antropológicos*. Salvador: EDUFBA, 2015.

GIUMBELLI, Emerson. Para estudar a laicidade, procure o religioso. In: BÉLIVEAU, Verónica Giménez; GIUMBELLI, Emerson. (org.). *Religión, Cultura e política en las Sociedades del siglo XXI*. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 43-68.

GOLDMAN, Marcio. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 311-332, 2000.

MIRANDA, Ana Paula; CORRÊA, Roberto de Mello; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de Intolerância Religiosa: a construção de um problema público. *Revista Intolerância Religiosa*, v. 2, n. 1, Rio de Janeiro: Koinonia, 2017.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A “política dos terreiros” contra o racismo religioso e as políticas “cristofascistas”. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 40, 2021.

RAMOS, Cleidiana; TAVARES, Fátima. Agenciamentos afrocatólicos: modulações, tensões, transformações nas festas religiosas em Salvador. *Religião & Sociedade*, v. 40, n. 3, p. 217-240, 2020.

SANSI, Roger. Fetiches e monumentos: arte pública, iconoclastia e agência no caso dos “orixás” do dique de Itororó. *Religião & Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 62-81, 2005.

TAVARES, Fátima; CAROSO, Carlos; BASSI, Francesca. Ambiguidades e conflitos da cultura patrimonializada no espaço público: o caso do candomblé em Salvador. *Religare*, v. 15, p. 526-547, 2018.

Recebido em: 15/07/2021

Aprovado em: 15/07/2021